

MARIA LUCIA DA SILVA

A AUSÊNCIA DA CRITICIDADE NO LIVRO
DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Cajazeiras - 1993

MARIA LUCIA DA SILVA

A AUSÊNCIA DA CRITICIDADE NO LIVRO
DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Trabalho Monográfico, exigência do curso de Especialização em História do Brasil, do Departamento de Ciências Sociais - UFPB. CFP.-CAMPUS V.

Cajazeiras - 1993

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	03
DESENVOLVIMENTO.....	05
CONCLUSÃO.....	17
BIBLIOGRAFIA.....	19

INTRODUÇÃO

A presente monografia é produto de uma exigência do Curso de Especialização em História do Brasil, realizado no Centro de Formação de Professores, CAMPUS V - Cajazeiras - PB.

Pretendemos, neste trabalho de pesquisa, analisar a ausência da criticidade do educando, veiculada no livro didático adotado em várias Escolas de 1º grau (1º Fase) da rede Oficial de Ensino de Cajazeiras, que tem utilizado a educação como um instrumento reprodutor da ideologia da classe dominante, onde não vê o homem como pessoa humana e muito menos como ser social.

O problema desta pesquisa é tentar refletir e fazer uma discussão teórica de conteúdos específicos e trabalhados no livro didático da 4ª série - Coleção Aquatela, D'Olim Marote, na parte de História, onde os temas abordados não correspondem às reais necessidades e interesse da maioria da população.

Decidimos analisar, a questão proposta, a nível de 1º grau (1º Fase), por ser professora ministrante nesta série, pelo caráter prioritário de que se reveste a escola primária, já que se trata do ensino que é obrigatório no país, abrange a maioria da população, que geralmente vem sendo pouco pesquisado por parte de educadores e críticos progressistas. Finalmente, por ser nessa faixa etária, que o aluno desenvolve suas faculdades a níveis: cognitivo psico-motor e afetivo-social. Idade propícia para assimilar e inculcar as mensagens ideológicas e os valores morais da sociedade.

Para realizarmos este trabalho, tivemos como base, a análise de textos contidos no livro didático acima citado e a escolha de outros referenciais teóricos que serviram de embasamento para a elaboração desta pesquisa.

Com o intuito de alcançarmos nosso objetivo estruturamos o trabalho da seguinte maneira: escolhemos o texto sobre a Colonização do Brasil do livro didático em estudo por julgarmos de fundamental importância, pois o mesmo facilita uma melhor compreensão e reflexão da realidade social e econômica no decorrer de todo o processo histórico. Dentro deste tema, destacamos o índio pelo seu relevante papel na nossa história, na formação de nossa sociedade e por serem os primeiros povos a conhecerem o sistema de dominação

e exploração dos nossos colonizadores.

Dentre os movimentos nativistas, escolhemos a Inconfidência Mineira, um dos movimentos sociais do Brasil-Colônia, que, também ' não se constituiu como movimento coletivo e popular e sim, aparecendo o herói como responsável pelo destino dos homens.

Os textos foram transcritos em suas íntegras e que foram ba seados na "análise dos conteúdos", em que foram feitos pequenos comentários que dentro dos nossos limites conseguimos apontar para as mensagens ideológicas contida nos mesmos.

Esperamos que esta pesquisa possa auxiliar os professores ' de história, numa análise crítica dos textos, instrumentos de traba lho básico das aulas, contribuindo assim, para um maior comprometi mento do processo histórico em todo o contexto social.

DESENVOLVIMENTO

A educação brasileira vem sendo alvo de estudos e severas críticas por parte de especialistas, onde são apontadas os mais graves problemas e as costumeiras falhas do nosso sistema de ensino.

A crise da educação se deve ao tipo de modelo econômico vigente no país, que adota políticas educacionais, em que as idéias dominantes na nossa sociedade são as idéias burguesas. É a educação burguesa que domina e tem o papel de conservar a realidade para garantir sua dominação. A educação na sociedade capitalista tem a escola como um instrumento de sua dominação, cuja função é o de reproduzir a sociedade burguesa através da inculcação da sua ideologia e com isso garantir o controle do processo pela classe dominante.

Assim, a escola como ela se apresenta, pouco colabora na luta pela libertação das camadas dominadas e pela transformação de uma sociedade mais livre, justa e igualitária.

A grande questão que procuramos abordar é a seguinte: como os conteúdos de história do livro didático da 4ª série do 1º grau (1ª Fase), tem contribuído para a ausência da criticidade do educando ?

Para tentarmos responder este questionamento, julgamos conveniente observarmos e analisarmos os conteúdos dos textos da área e da série acima mencionada, uma vez que o livro didático é a principal ferramenta de que a escola dispõe e que geralmente, atua como grande difusor de valores morais, mitos e preconceitos.

Verificando o texto de Marote sobre a Colonização do Brasil encontramos a seguinte redação:

A Colonização (Título)

"Não dispondo de dinheiro suficiente para promover a Colonização efetiva do Brasil, o rei de Portugal, Dom João III, tentou resolver o problema com a ajuda de pessoas dispostas a tentar a fortuna no Brasil. Para isso, em 1534, o rei português estabeleceu no Brasil o sistema das capitânicas hereditárias.

O rei mandou dividir o Brasil em lotes de terra para doá-los a pessoas de sua confiança. Por receberem os lotes em

doação, essas pessoas eram chamadas donatários. Os lotes começavam à beira-mar e terminavam na linha estabelecida pelo tratado de Tordesilhas.

Cada lote era uma capitania, pois o donatário que era o seu chefe, tinha o título de capitão-mor, isto é, capitão maior ou comandante. A capitania era hereditária, isto é, passava por herança de pai para filho.

O Capitão-mor tinha alguns direitos e privilégios: podia escravizar índios, cobrar impostos, exercer a justiça e doar grandes extensões de terras (sesmarias) para cultivar.

Foram criadas quinze capitânias. Entretanto, somente as capitânias de São Vicente e Pernambuco tiveram alguns sucesso. As outras fracassaram por vários motivos:

- falta de recursos;
- falta de meios para repelir os ataques dos indígenas;
- grande extensão das terras;
- falta de interesse de alguns capitães-mores;
- falta de terras férteis em algumas capitânias". (1991, p. 372 e 373).

Como linha geral, pode-se afirmar que o texto apresentado trata da questão superficialmente. Não dá nenhuma indicação de uma visão de criticidade. Não questiona o porque, o que foi, de que forma se deu a Colonização. Não aprofunda a análise em relação a ligação e vinculação entre metrópole e Colônia de uma determinada época da história. O autor, esconde totalmente o sistema de Colonização europeia no Brasil-Colônia, em que se processa a organização da vida social e econômica nesta fase de sua história. O verdadeiro sentido da Colonização não aparece. O texto é totalmente voltado para o sistema das capitânias hereditárias, mas de forma abstrata, isolada, fragmentada e talvez seja proposital, ou uma maneira estratégica encontrada pelo autor, para omitir ou/e desviar o aprofundamento sobre a Colonização.

A política colonialista imperialista foi escamoteada, em que a Colônia foi mantida sob rígido controle monopolista e isto significa que a colônia ficou reduzida à condição de produtora de riquezas que, além de não lhes trazerem benefícios, atenderam apenas aos interesses das sociedades capitalistas em formação.

A nossa economia colonial foi centrada em riquezas cíclicas toda voltada para o mercado externo. As colônias podiam ainda servir para alocação de capitais sob condições bastante vantajosas tornando a economia dependente de interesses externos, onde os produtos industrializados importados fossem vendidos por preços altíssimos e os produtos de exportação: matérias-primas e produtos agrícolas vendidos por baixos preços, levando assim, as colônias a funcionarem como nações subdesenvolvidas e dependentes do capital estrangeiro. É como atestam as afirmações de Carlos Guilherme Mota em sua obra: *Brasil em Perspectiva* de que " a economia colonial quando encarada no contexto da economia européia de que faz parte, que é o seu centro dinâmico, aparece como altamente especializada. E isto mais uma vez se enquadra nos interesses do capitalismo comercial que geraram a colonização: concentrando os fatores na produção de alguns poucos produtos comerciáveis na Europa, as áreas coloniais se constituem ao mesmo tempo em outros tantos centros consumidores dos produtos europeus. O sistema colonial determinará também o modo de sua produção. A maneira de se produzirem os produtos coloniais fica também, necessariamente, subordinada ao sentido geral do sistema; isto é, a produção se devia organizar de modo à possibilitar aos empresários metropolitanos ampla margem de lucratividade. Ora, isto impunha a implantação, nas áreas coloniais, de regimes de trabalho necessariamente compulsórios, semi-serviis ou propriamente escravistas". (1988 p. 58 e 59).

Segundo o texto que está sendo analisado, a questão social e econômica não é tocada. Primeiro porque, é uma característica do próprio sistema, esconder a compreensão desta realidade e depois, porque esse mesmo sistema cria as condições necessárias para que a colônia nessa época mantivesse isolada, sem facilidades de comunicações internas, em que cada região, comandada por um porto, voltava-se para o mercado externo, mantendo com este quase todas as suas transações e isso prejudicava sensivelmente o intercâmbio interno.

Na compreensão de Tamás ~~sam~~recsányi, a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo foram os três componentes fundamentais da organização social do Brasil-colônia. Eles se conjugaram num sistema típico de exploração do trabalho e da natureza, sobre o qual acabaram assentando todas as

atividades econômicas da sociedade colonial desde as lavouras até a mineração, passando pelas raras atividades urbanas e mercantis. Padrões diversas só podiam ser encontradas em atividades marginais e subsidiárias - como a pecuária extensiva dos sertões ou as pequenas culturas de subsistência - atividades que em nada afetaram os atributos dominantes da economia colonial. Tais atributos mantiveram-se praticamente inalterados durante os três primeiros séculos de povoamento do Brasil, e depois da obtenção de sua autonomia-política". (1990 p. 12 e 13)

Com a instalação do projeto de colonização, o objetivo primordial de nossos povoadores era enriquecer o mais depressa possível com a exploração dos recursos naturais disponíveis e do trabalho alheio, em bases servis-mediante a escravidão. Primeiro dos povos indígenas da região e depois de africanos especialmente importados. As relações de trabalho que aqui se instaurou no período colonial em grande parte a relativa escassez de mão-de-obra e os obstáculos à agricultura colocados pelo meio ambiente dos trópicos.

De acordo com as afirmações de Mota, o "escravismo, tráfico negreiro, formas várias de servidão formam portanto o eixo em torno do qual se estrutura a vida econômica e social do mundo ultramarino valorizado para o mercantilismo europeu. A estrutura agrária fundada no latifúndio se vincula ao escravismo e através dele às linhas gerais do sistema; as grandes inversões exigidas pela produção só encontram rentabilidade, efetivamente, se organizada em grandes empresas. Daí decorre também o atraso tecnológico, o caráter predatório, o "cíclico" no espaço e no tempo, que assume a economia colonial. A sociedade se estamentiza em castas incomunicáveis, com os privilégios da camada dominante juridicamente definidos, que de outra forma seria impossível manter a condição escrava dos produtos diretos". (1988 p. 63).

A situação de dominação colonial no Brasil, não se configura somente na simples dominação política e econômica, mas em todo um sistema social e ideológico.

Segundo o pensamento de Lopez, o grau de eficiência e amplitude da relação colonial resulta primordialmente da possibilidade da metrópole de multiplicar os laços de dependência na sociedade colonizada. E tais laços não são apenas econômicos e comerciais, isto é, a dependência da colônia em relação aos capitais e artigos

manufaturados enviados pela metrópole. São também culturais, pois a colônia importa a cultura e os comportamentos sociais da metrópole, o que a faz aceitar uma situação de inferioridade, o que vale dizer de dominação. Outrossim, aceitando a ideologia incorporada a essa cultura importada, a colônia tende a se comportar como um apêndice, um prolongamento da metrópole. O colonialismo cultural ajuda a neutralizar, através de processos mistificadores, os eventuais conflitos (e não só eventuais) que o colonialismo econômico em si provoca. E faz com que um mecanismo de exploração e opressão seja encarado com naturalidade e até de cildade. Enfim, funciona como a contrapartida de qualquer potencial revolucionário ostensivo ou subjacente." (1988. p. 16).

Para concluir, é interessante transcrever a afirmação de MOTA, "é dessa estrutura básica que, a nosso ver, se tem de partir, se se pretende compreender os movimentos históricos, em todos os seus níveis, dos três séculos de nossa formação colonial, e mesmo os seus prolongamentos e resistências até os dias atuais." (1972 p. 64).

Como podemos observar, o texto como ele se apresenta, não permite que se explicitem os contextos econômicos-sociais que causaram os fatos históricos, fatos esses que surgem de frases soltas e isoladas dos outros saberes que são produzidos nas áreas mais ampla da sociedade.

Com relação a questão do índio, podemos dizer que é um dos problemas mais grave da sociedade brasileira: a condição precária em que vivem atualmente os diversos grupos indígenas do país, arriscados até de desaparecerem, caso não seja alterada a política do governo em relação a eles.

Na História do Brasil, cada período de crescimento da economia brasileira e de ocupação do território se faz à custa de muitas mortes de índios e da tomada de suas terras - Em nome da necessidade de ocupação do nosso território e do desenvolvimento da nossa economia, milhares de índios foram perseguidos, escravizados e mortos. Perderam suas terras e tiveram a sua cultura descaracterizada.

No século XVI, os índios do litoral foram dizimados pelos colonizadores. "Segundo Beozzo o enfrentamento com os invasores foi dramático porque, quando eles chegaram, agiram com cobiça, violência, como nunca se tinha visto na história. Não houve na história

um genocídio semelhante.

As causas foram várias: a violência da guerra, mas também as doenças como a varíola, que era desconhecida dos índios provocava imensa mortalidade. Acrescenta-se a isso a gripe e as doenças venéreas. Além disso, destróem os sistemas de organização agrícola. Os índios eram levados a trabalhar nas minas e na lavoura sob condições de dominação e exploração. Quando os colonizadores chegaram ao Brasil o que valia era o direito de conquista: sobre as terras e as vidas indígenas. Durante anos os índios foram escravizados, ou trabalharam de graça, em troca de presentes e bugigangas". (1986, p. 02)

As sociedades indígenas sofreram não apenas um verdadeiro extermínio, mas o desaparecimento de suas formas de organização sócio-cultural e a maioria de suas terras.

Este genocídio histórico a que vem sendo submetidos, há quase quinhentos anos, as povos indígenas brasileiros não pode ficar de fora da história. O território brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. A luta das nações indígenas e a sociedade capitalista européia não cessou nunca na história do Brasil. Simultaneamente à luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos, nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros.

Na compreensão de Carlos Guilherme, "o escandaloso paradoxo do renascimento da escravidão em pleno bojo da civilização cristã desencadeou toda uma série de racionalizações, cada qual mais sutil, tendentes a aquietar a piedade cristã e velar a crueza chocante da realidade colonial-escravista. Os escrúpulos nem sempre se tranquilizaram, e os governos a revezes tentaram por cobro à indescritível exploração das massas humanas, ameríndias ou africanas, reduzidas à condição escrava". (1972 p. 59).

As resistências oferecidas pelos índios com a oposição dos jesuítas e as necessidades de abastecimento de mão-de-obra regular na lavoura, exigia o tráfico negreiro, pois apresentava maior lucro permitindo assim, maior acumulação capitalista por parte das empresas européias, e por outro lado, permitindo uma estrutura agrária baseada no latifúndio e na monocultura.

O livro didático examinado evita qualquer polêmica a respeito do relacionamento entre brancos e índios, porém, desde a época da conquista por parte dos colonizadores europeus, muitos índios resis-

tiram, foram mortos ou escravizados. Outros fugiram aos milhares para regiões menos ocupadas, onde mais tarde afrontaram-se com os colonos. Alguns deixaram-se dominar, e, embora parecessem conformados escondiam raiva e revoltas.

Ainda hoje os índios resistem como podem ao genocídio e a discriminação.

A resistência não se faz apenas pela vontade de viver, ela se dá também em lutas e conflitos armados pelo direito à posse da terra.

Ariovaldo afirma que: "hoje a luta desses povos indígenas pode ser dividida e agrupada em luta pela demarcação das terras, luta contra invasões e grilagens das terras de marcadas; luta contra a FUNAI que arrenda para particulares terras das reservas; e luta contra garimpeiros e empresas de mineração e madeireiras à procura dos recursos florestais e minerais das terras indígenas.

Entretanto, a primeira grande luta dos povos indígenas tem sido a luta pela demarcação de suas terras. Esta tem sido uma luta histórica, pois apesar dos povos indígenas serem os primeiros habitantes destas terras, seus territórios não foram respeitados, sendo invadidos e tomados.

A partir de 1934 as constituições brasileiras reconheceram o direito dos índios ao território. No entanto, o seu cumprimento tem sido violado. Programas governamentais de desenvolvimento, grandes obras, titulação de terras com certidões negativas são emitidas pelos órgãos públicos e particulares. Grileiros agem impunemente, tomando terras indígenas". (1990, p. 59).

O texto, porém, não analisa o fato de hoje, os índios estarem confinados em reservas, cujos limites territoriais foram delimitados pelos brancos. E assim mesmo, tais limites não são respeitados. Daí as terríveis e cruéis batalhas e conflitos entre índios e brancos.

Todavia, a história da luta dos povos indígenas pela sua possibilidade de sobrevivência tem no mínimo, a mesma idade da chamada história (Oficial) do Brasil.

No enfoque de Ariovaldo U. de Oliveira, "a formação do Brasil foi feita através da destruição de muitas nações indígenas. Os territórios libertos dos índios foram transformados em reser-

vas/parques-prisões. Primeiro foi a tentativa da escravidão pelos bandeirantes jagunços do sertão, depois o confinamento ou a morte sumária, pela violência ou pela ignorância.

Esconder a história da destruição das nações indígenas foi estratégia da nossa sociedade para enaltecer o avanço e a conquista capitalista do território índio.

A luta histórica, portanto, pela terra índia, confunde-se com a luta igualmente histórica pela sobrevivência índia.

Esta história, de destruição e dominação, fez com que 5 milhões de índios restassem hoje pouco mais de 220 mil. Estes estão distribuídos por vários pontos do país, mas concentrados, de forma significativa, na Amazônia". (1990, p. 56 e 57)

O texto veicula, como mensagem, a idéia de que todos os índios trabalham, mas só produzem o suficiente para a sua sobrevivência. Apresenta atitude de discriminação sexual no trabalho, onde as meninas ajudavam à mãe e os meninos ajudavam os pais.

A concepção que aparecem no livro didático reproduzem os valores da sociedade capitalista.

Diferente da sociedade primitiva, onde todos desenvolvem atividades de igual importância.

Os índios viviam com um outro modo de produção, onde o trabalho tinha finalidade diferente daquela que estava sendo imposta pelo colonizador. A sociedade primitiva, caracteriza-se pela produção do valor de uso que é planejado, feito e apropriado por todos. Por isso era difícil passar a fazer o que o português determinava.

A importância do índio na história do Brasil, geralmente só é salientada quando este se coloca a serviço do branco.

No final do texto o autor descreve algumas influências indígenas na formação do povo brasileiro, com relação a cultura: higiene alimentação, trabalho e literatura. E na última frase do texto é abordado a influência do branco na vida do índio brasileiro.

Das idéias expostas podemos concluir que a história do índio brasileiro é narrada de forma tranquila e romântica, onde os conflitos, lutas e movimentos não são citados. De acordo com o texto, os índios vivem nas florestas e não nas reservas, são felizes e conservam ainda sua própria cultura.

A relação entre brancos e índios é harmoniosa e amistosa. O autor não discute a força do movimento indígena. O índio sempre

se rebelou, lutou e se organizou nos seus movimentos de resistência ao contrário do índio submisso e acomodado.

O que a história oficial chama de "povoamento" do Brasil, na realidade foi um desprovoamento das populações indígenas.

O sistema colonial gera contradições que acabam por colocar em questão o próprio sistema: a colonização aciona o mecanismo de desenvolvimento sócio-econômico da colônia e por sua vez, o sistema colonial estimula as economias centrais em direção ao capitalismo industrial.

No Brasil, essas contradições acarretam tensões e questionamentos à estrutura vigente.

As primeiras manifestações que aparecem como resultados da exploração colonial ocorreram na segunda metade do século XVII, nos movimentos nativistas.

Dentre as revoltas coloniais, a Inconfidência Mineira é a mais célebre por marcar o início do processo da emancipação política do Brasil.

Marote, não vê Inconfidência Mineira como movimento social como atesta o texto a seguir:

Inconfidência Mineira - 1789 (Título)

"A Inconfidência Mineira também aconteceu na cidade de Vila Rica. Foi uma das manifestações mais puras do nativismo brasileiro.

Os inconfidentes eram pessoas cultas, idealistas e, algumas, muito ricas. Entre eles, porém, quem se destacou foi um homem simples e corajoso: Joaquim José da Silva Xavier, apelidado Tiradentes.

Os Inconfidentes pretendiam:

- por fim ao domínio português em Minas Gerais;
- instituir a república;
- abolir a escravidão dos negros africanos;
- promover o progresso do país, através do desenvolvimento das atividades industriais;
- fundar uma universidade em Vila Rica e abrir escolas para o povo.

A bandeira da Inconfidência trazia um lema em latim: Libertas quae sera tamen, que quer dizer "liberdade, ainda que tardia".

A revolta estava planejada para o dia da cobrança da derrama, isto é, dos quintos atrasados. Os inconfidentes foram traí-

dos por Joaquim Silvério dos Reis e alguns outros companheiros. A revolta fracassou.

Os inconfidentes foram presos. Alguns foram degredados, isto é, enviados para fora do país. Outros foram condenados à prisão perpétua. Tiradentes foi condenado à morte. Ele foi enforcado no Rio de Janeiro, em 21 de Abril de 1792". (1991, p. 390)

O texto passa uma visão histórica "abstrata, parcial e alienante". O autor não apresenta uma compreensão de que os movimentos sociais são fenômenos, onde o papel do grupo, enquanto agente histórico, ganha primazia sobre o papel dos líderes "heróicos", individualizados e "românticos".

Nota-se uma acentuada tendência em privilegiar a ação de indivíduos, vistos, como os únicos agentes sociais do movimento. O sentido edetivo é omissivo, o que prevalece é a vontade de agitadores e revoltosos descontentes.

Diferente é a postura de Resende, em que critica a forma, como e colocada a Inconfidência Mineira na nossa historiografia, e compreende que o povo é agente histórico no processo deste movimento.

Vejamos o texto:

"A Inconfidência Mineira vem sendo estudada com demasiada ênfase nas personalidades envolvidas. Tal atitude está grandemente relacionada com o fato de a mesma envolver uma elite econômica e intelectual cujo, estudo sempre fascinou aqueles que vêem o processo histórico como resultado da ação dos grandes personagens. Tiradentes muito embora não sendo membro da elite, incorporou-se a ela do ponto de vista ideológico e por ter sido condenado à força virou o herói de um movimento elitista. A "retaguarda" ou "o povo das minas" foi o agente histórico potencial no processo de revolução em andamento. Ressalte-se que todos os planos da elite estavam condicionados à mobilização da população. O temor da repressão explica a necessidade de um forte fator mobilizador. No caso, a derrama. Em lugar de se considerar que bastou a suspensão da derrama para tirar toda sustentação popular do movimento, seria mais correto afirmar que a suspensão da derrama destruiu o mais forte elemento catalisador da oposição capaz de superar o temor da repressão." (1988, pg, 13).

O autor não mostra no texto, um maior aprofundamento das relações de dominação e exploração, em que os colonizados viviam na região das minas.

região das minas. A situação de revolta, inquietação e crítica ao sistema vigente, quase não é abordada. A ameaça que a Inconfidência Mineira representou para a ordem colonial não é revelada.

Porém, de acordo com a compreensão e análise da situação estrutural e conjuntural, Resende faz a seguinte afirmação:

"Numerosos fatores contribuem, porém, de maneira progressiva, para reavivar, após o início da década de 60, a inquietação da população das Minas. O compromisso do pagamento de 100 arrobas anuais através das Casas de Fundição começa a não ser cumprido. A derrama torna-se uma pesadela para a população. A decadência da economia mineradora é visível. O endividamento da população cresce, sob o peso de uma enorme carga tributária. A população livre é numerosa e sua maior parte é composta de mazombos. O meio urbano facilita e favorece a circulação de idéias. Uma elite intelectual faz críticas ao sistema. A pressão metropolitana sobre a região mineradora se amplia no sentido de garantir a renda tributária. A região das Minas apresenta, devido à sua formação e à conjuntura da segunda metade do século XVIII, um ambiente altamente favorável à gestão das idéias de liberdade.

Quando o Visconde de Barbacena chegou a Minas Gerais, (11/07 1788), encontrou um ambiente carregado de ameaças revolucionárias. Já não era mais a insatisfação difusa que sempre caracterizou a população das Minas explodindo em rebeldias frequentes. Havia uma tomada de consciência de toda a estrutura do sistema colonial. O Brasil, sabia-se, era a retaguarda econômica de Portugal; para lá iam as riquezas da Colônia que sustentavam a Metrópole e escoavam para o resto da Europa. Sabia-se e discutia-se os movimentos de independência das colônias. Percebia-se as condições de Colônia não mais no estreito limite das relações Brasil-Portugal, mas no sentido global do sistema colonial. O colonizado tomava consciência de seus interesses e começava a buscar caminhos para superar o status colonial.

A Inconfidência Mineira representou potencialmente uma das maiores ameaças de subversão da ordem colonial. O fato de ter ocorrido na área das Minas, área na qual a permanente vigilância e repressão sobre a população eram as tarefas maiores das autoridades públicas, indica um alto grau de consciência da capacidade de li-

bertação da dominação metropolitana. O fracasso do movimento e a cautela dos inconfidentes em não deixar provas materiais da conspiração tornaram os Autos de Devassa da Inconfidência Mineira a documentação praticamente única sobre os inconfidentes, num processo altamente sigiloso, revela a ameaça concreta que o movimento representou e o exemplo que se pretendia deixar na memória para silenciar a população". (1988, p, 15, 20 e 39).

Como podemos observar, o texto do livro didático, que está sendo analisado, não trata a Inconfidência Mineira, dentre os movimentos e/ou revoltas, como um movimento social de tamanha importância durante o período colonial. A maneira parcial e simplista como o autor transmite, é uma forma de dominação que contribui para apagar da memória nacional as figuras sofridas e silenciosas dos descontentes, dos oprimidos, as quais, na Inconfidência, constituíam a maioria da população brasileira. Esse movimento não pode ser demonstrado na história nacional como episódio de aspirações exclusivamente políticas das classes dominantes. Ele foi resultado de revoltas da população diante da grave situação administrativa das minas.

Cumprе salientar, que, o movimento em estudo, é encarado como incidentes perturbadores, os quais, certamente, sem esses percalços, teriam realizados gestões político-administrativos, pois, apesar de seu malogro, existia um projeto político.

CONCLUSÃO

A análise dos textos do livro didático em estudo, mostrou que os conteúdos dos mesmos, apresentam um corpo homogêneo, onde as contradições sociais do sistema são omitidos, existindo apenas uma sociedade igualitária para todos.

O livro didático, funciona como um veículo de transmissão da ideologia dominante, sobre a dominada, e que conseqüentemente atuará como elemento estruturador da personalidade das crianças, que ainda não possuem idade suficiente para saberem discernir qualquer ideologia.

Os textos são transmitidos para a maioria da população cheios de mitos, personagens ou interpretações exageradas ou errôneas. Os conflitos, as lutas e movimentos, as vezes são apenas citados. Não se vê preocupação em descobrir ou questionar as origens e causas das contradições de nossa sociedade.

As descrições históricas são perfeitamente adequadas aos interesses do sistema, tem por objetivo transmitir sentimentos críticos. Impedindo o desenvolvimento de uma visão crítica da história colonialista do país.

A história real, propicia o despertar da consciência crítica da realidade. Questiona as origens e as causas. Mas, o ideal não é só conceber a visão do real, procurar as causas mais profundas dos fatos, confrontar a realidade, mas transformar e construir um novo projeto de vida.

A história deve ser concebida como uma disciplina em que se crie condições, onde o aluno questione, compare, participe, critique e compreenda sua realidade.

É necessário, diante do quadro de nossa realidade, repensar a forma de ver e transmitir a história. É preciso fazer uma história que mesmo estudando o passado mais remoto, faça-o para explicar a realidade presente. Fazer uma história dentro de uma realidade mais ampla, onde se confronte o homem com a sua história com o seu meio, com a sua realidade social. Fazendo entender que o homem, o povo, deverá ser o dono de sua própria história. É fazer o homem um agente consciente e transformador de sua realidade.

Isso pode parecer um sonho, uma utopia, mas como diz: E.H. Carr, " a função da utopia é tornar concreto o sonho diário"...

Sabemos que a mudança, a transformação de uma sociedade não se dá a curto ou médio prazo. Isso é um processo que passa por uma estrutura social, econômica e política.

O universo escolar é restrito, mas pode ser o ponto de partida para se chegar ao fim. O início do caminho a ser percorrido.

BIBLIOGRAFIA

- 1- ABRAMO, Perseu. Pesquisa em Ciências Sociais in Hirano, Sedi. Pesquisa Social: Projeto e Planejamento. São Paulo: T.A. Queiroz - 1979, p. 88.
- 2- BARBOSA, Leila Maria Alvarenga e Wilma C. Mangabeira. A Incrível História dos Homens e suas Relações Sociais, Petropolis 5ª ed. Vozes, 1986.
- 3- BORGES, Vavy Pacheco. O que é História, Coleção Primeiros Passos História; 15 ed. Editora Brasiliense. 1989.
- 4- CARR, Edward Hallett, 1992. Que é História? Conferências Geoge Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, Janeiro - Março de 1961; tradução Lúcia Maurício de Alvarenga, revisão Técnica de Maria Yeda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed. 1982.
- 5- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O Livro Didático de História no Brasil: a versão fabricada. São Paulo; Global, ed. 1982.
- 6- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança/Paulo Freire; tradução de Moacir Gadtt; e Lilian Lopes Martin- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, Coleção Educação e Mudança Vol. I.
- 7- KOSHIBA, Luís, 1945
História de Brasil/Luis Koshiba, Denise Manzi Frayse Pereira - 4ª ed. São Paulo: atual, 1984.
- 8- LOPEZ, Luis Roberto
História do Brasil Colonial. 5ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988, 98 p. (Revisão, 4).
- 9- MAROTE, D'Olim
Coleção Aquarela, Volume 4, 1º grau, 3ª edição, editora ática - 1991.
- 10- MOTA, Carlos Guilherme
Brasil em Perspectiva/Corpo e Alma do Brasil, 18ª edição, Bertrand Brasil, 1988.
- 11- NOSELA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. As Belas: a ideologia subjacente aos textos didáticos/Maria de Lourdes Chagas Deiró, 11ª ed. Editora Moraes, São Paulo. 1979.
- 12- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de
A Geografia das lutas no campo/Ariovaldo Umbelino de Oliveira - 3ª ed. - São Paulo: Contexto, 1990.

13- PILETTI, Nelson

História e Vida, Brasil: da Pré-História à Independência, ' Vol. 1, 1º Grau, 3º ed. - Editora ática - São Paulo - 1990.

14- PORTELA, Fernando

Questão do índio/Fernando Portela, Betty Mindlin - 2º ed. Editora ática, São Paulo, 1991.

15- RESENDE, Maria Efigênia Lage de.

Inconfidência Mineira/Maria Efigênia Lage de Resende - 4. ed. - São Paulo: Global, 1988.

(História Popular; n. 14).

16- RIBEIRO, Berta Gleizer.

O Índio na história do Brasil/Berte G. Ribeiro - São Paulo: Global Ed., 1983.

17- SCHAF, Adam. História e Verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1978, pags. 65 a 98 e 203 a 266.

18- SEVERINO, Antonio Joaquim, Metodologia do Trabalho Científico. 14 a. ed., São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.